

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor GABRIEL MURICCA GALIPOLO, presidente do Banco Central do Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

A convocação do senhor Gabriel Muricca Galípolo, presidente do Banco Central do Brasil, é imprescindível para que esta CPMI do INSS esclareça um dos episódios mais graves de possível interferência política sobre o órgão responsável pela estabilidade do sistema financeiro, o caso Banco Master.

Há fortes promessas de pressão de altas autoridades sobre o BC, contratos milionários envolvendo o Banco Master e o núcleo familiar de um ministro do Supremo Tribunal Federal, além de informações públicas de Galípolo, considerando insuficientes por analistas, jornalistas e pelo próprio mercado, o que impõe a esta comissão o dever de ouvi-lo sob compromisso legal.

Relatos de imprensa detalharam que o ministro Alexandre de Moraes teria feito diversas ligações, chegando a seis em um único dia, para tratar com Gabriel Galípolo da operação de venda de R\$ 12,2 bilhões em créditos do Banco



Master para o BRB, justamente no momento em que o negócio foi examinado pela área técnica do Banco Central.

Paralelamente, veio à tona um contrato estimado em cerca de R\$ 130 milhões entre o Banco Master e o escritório de advocacia da esposa do ministro, com previsão de atuação justamente em Brasília e perante órgãos como o próprio Banco Central, o que configura aparente conflito de interesses que precisa ser detalhado de forma direta, transparente e sob controle parlamentar.

Em postagem publicada na Folha de S.Paulo, reproduzida por veículos nacionais, o jornalista Elio Gaspari afirma que Gabriel Galípolo “ainda não foi convincente” ao explicar o conteúdo de seus contatos com Moraes, apontando que o presidente do BC está em uma “sinuca de bico” num caso que mistura risco institucional, crise bancária e repercussão política.

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master em meio à apuração de fraudes bilionárias, apontadas como um “golpe” que expôs falhas de controle no setor financeiro e transação a atuação do Fundo Garantidor de Créditos em um dos maiores casos já registrados.

A crise do Master não é um problema circunscrito ao mercado, atinge clientes, investidores e operações de crédito inclusive na modalidade consignada, utilizada em larga escala por aposentados e pensionistas do INSS, de modo que a CPMI não pode se omitir de analisar como o Banco Central agiu ou deixou de agir para prevenir e mitigar esses danos.

Os auditores do próprio Banco Central, por meio de sua associação, passaram por decisões críticas do Supremo Tribunal Federal que determinam acareações e atos específicos no caso Master, apontando risco de “pressão indevida” sobre servidores e sobre decisões técnicas da autarquia, o que evidencia um ambiente de tensão entre Poderes e reforça a necessidade de que o Parlamento exerça sua função de supervisão de forma direta.



Bancos, economistas e entidades do setor financeiro já manifestaram preocupação com a forma como o caso vem sendo prorrogado no STF, falando em risco de cooperação institucional e abalo à revisão do Banco Central, o que torna essencial que esta CPMI ouça o presidente da autarquia para separar, com base em documentos e depoimento sob fé pública, o que é pressão política, o que é decisão técnica e quem responde por cada ato.

Diante da gravidade dos fatos, das contradições públicas ainda não esclarecidas e do impacto direto do caso Master sobre a exceção do Banco Central e a segurança de milhões de brasileiros, em especial aposentados e pensionistas, a convocação do senhor Gabriel Muricca Galípolo não é um ato opcional, mas requisito indispensável para que esta CPMI cumpra seu dever constitucional de apurar responsabilidades, propor correções e resguardar o interesse público.

Sala da Comissão, de de .

Deputada Coronel Fernanda
(PL - MT)

